

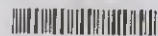
arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 7, N. 2, jul./dez. 2008



Fas. 57385 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.7 n.2
jul./dez. 2008

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades da empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 7, n. 2

jul./dez. 2008

SUMÁRIO

EDITORIAL	3	Lucia Maria Velloso de Oliveira
ARTIGOS	5	Sobre arquivos pessoais <i>Ana Maria de Almeida Camargo</i>
	11	Archives for all: the importance of archives in society <i>Randall C. Jimerson</i>
	27	Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade <i>Randall C. Jimerson</i>
	45	Algunos aspectos del Notariado en España: origenes y evolución <i>María José Justo Martín</i>

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 7	n. 2	p. 1- 60	jul./dez. 2008
-------------	----------------	------	------	----------	----------------

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucía Maria Velloso de Oliveira

Revisão técnica: Dilza Ramos Bastos

Editoração eletrônica: Gustavo Monteiro

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo – Periódico. 2. Gestão de documentos – Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

R. 57385

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucía Maria Velloso de Oliveira
Vice-presidente: Eliana Balbina Flora Sales
1º Tesoureiro: Renata Silva Borges
2º Tesoureiro: Alcides Sodré Peçanha Filho
1º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira
2º Secretário: Laura Regina Xavier

Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso
José Maria Jardim
Lucía Maria Velloso de Oliveira
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Maria Odila Fonseca (*In memoriam*)
Paulo Elian
Sérgio Conde Albite Silva

EDITORIAL

A revista *Arquivo & Administração*, publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, desde 1972 oferece à comunidade arquivística um espaço editorial para reflexões específicas da área da Arquivologia.

Este número apresenta artigos que refletem o nível dos eventos da Arquivologia em nosso país. Em 2008, foram realizados o I Encontro de Arquivos Pessoais na Era Digital, em março na Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro, e o XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, em julho na Universidade Federal de Goiás em Goiânia.

Iniciamos a Revista com a conferência da professora da Universidade de São Paulo, Ana Maria de Almeida Camargo, proferida na abertura do I Encontro de Arquivos Pessoais na Era Digital. Em *Sobre arquivos pessoais*, a professora analisa o lugar dos arquivos pessoais nos arquivos e sua influência na Arquivologia, convidando-nos para um mar de reflexões sobre a temática.

O artigo seguinte, de Randall C. Jimerson, diretor do curso de graduação do programa de Arquivos e Gestão de documentos da Universidade de Western Washington, foi apresentado no XV Congresso Brasileiro de Arquivologia. O autor apresenta um arquivista investido de poder, uma vez que lhe cabe definir quais arquivos serão preservados. Mas esse poder vem acompanhado com uma grande responsabilidade social e política. Seguindo a política editorial da AAB, de traduzir textos em língua estrangeira de modo a ampliar o acesso à produção científica da área, o artigo apresenta-se em sua língua original e traduzido para o Português. A revisão técnica do texto é de responsabilidade de Maria Celina Soares de Mello e Silva.

Encerramos este número retomando uma temática de grande importância para a sociedade: os arquivos notariais. O artigo da arquivista Maria José Justo Martín, diretora del Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela, objetiva apresentar aspectos históricos do notariado espanhol. A autora discorre sobre a legislação notarial do reino de Castella, as funções do notário e do escrivão, o protocolo notarial e finaliza com breve comentário sobre a instalação do notariado nas Índias.

Agradecemos aos autores que compartilham com a comunidade arquivística suas reflexões e seus interesses, e reafirmamos o compromisso da Associação dos Arquivistas Brasileiros com a difusão do saber arquivístico.

Lucía Maria Velloso de Oliveira
presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros

of the political present. As Ross warns in his poem, those who dispute the past "will shrug and say it never happened, it is written nowhere."

This is why it is essential for societies to preserve documentation of the past — to prevent amnesia, to ensure an accurate record of events that will serve as a corrective to false memories or oblivion. This is why archives are so important — not only to historians, but to all citizens concerned about truth, accountability, and social justice.

Responding effectively to the challenges of using the power of archives for the public good will require a broad commitment by the archival profession to reflect on our underlying assumptions and biases, and to overcome these through a renewed commitment to democratic values. There are risks involved in such changes. It will be difficult to commit archivists and their profession to a more inclusive view of social responsibilities. But the stakes are too high not to accept these challenges. Historical examples of abuses of power, control through manipulation of the archival record, and efforts to limit access to vital information show the dangers of misusing the power of archives and records. Archivists should commit ourselves to preventing the archival profession's explicit or implicit support of privileged elites and powerful rulers at the expense of the people's rights and interests. We should commit ourselves to the values of public accountability, open government, cultural diversity, and social justice. Then archivists can truly say that we are ensuring archives for all, and employing our professional skills to promote a better society.

ARQUIVOS PARA TODOS A importância dos arquivos na sociedade

Randall C. Jimerson

Professor de História e Diretor do Programa de
Graduação em Arquivos e Gestão de Documentos
na Western Washington University, Bellingham,
estado de Washington, EUA.

Membro e Ex-Presidente da Sociedade de Arquivistas Americanos.

Email: rand.jimerson@wwu.edu

RESUMO

Os arquivistas deveriam usar seu poder — ao determinar quais arquivos serão preservados para futuras gerações e ao interpretar estes documentos para os pesquisadores — para o benefício de todos os membros da sociedade. Ao adotar uma consciência social para a profissão, eles podem comprometer-se com a atuação ativa no cenário público. Os arquivistas podem usar seu poder para promover accountability, governança transparente, diversidade e justiça social. E, ao fazê-lo, é essencial distinguir objetividade de neutralidade. Engajamento e ativismo podem chamar atenção para questões sociais sem abandonar os padrões profissionais de justiça, honestidade, distanciamento e transparência.

Palavras-chave: Teoria arquivística, Ética arquivística, Transparência, Justiça social.

Archives for All: The Importance of Archives in Society

Abstract

Archivists should use their power—in determining what records will be preserved for future generations and in interpreting this documentation for researchers—for the benefit of all members of society. By adopting a social conscience for the profession, they can commit themselves to active engagement in the public arena. Archivists can use the power of archives to promote accountability, open government, diversity, and social justice. In doing so it is essential to distinguish objectivity from neutrality. Advocacy and activism can address social issues without abandoning professional standards of fairness, honesty, detachment, and transparency.

Key words: Archival theory, Archival ethics, Accountability, Social justice.

Em meu sonho, entro em um templo. Sua fachada ornamentada e as torres altas me dão esperança. Aqui encontrarei a iluminação. Abro a imensa e pesada porta e entro. A porta range e se fecha atrás de mim. Estou em um aposento pouco iluminado com janelas altas que não permitem que a luz do sol me atinja. Apesar de fazer calor do lado de fora, aqui dentro é frio. Um guarda se aproxima. O templo tornou-se uma prisão.

O guarda me diz para entregar minhas canetas e colocar minha maleta no guarda-volume. Sento-me a uma mesa, preencho formulários para provar minha identidade. Guardas e câmeras de vigilância me observam constantemente para evitar fuga ou roubo. Percebo que estou nervoso. Uma jovem me entrega um cardápio. A prisão transformou-se em um restaurante.

"O que o senhor quer?" a garçonete pergunta. O menu que me deu não tem lista de comidas, apenas nomes de empresas que vendem comida enlatada. "Posso sugerir algo regional?" Ela me apresenta um cardápio de especialidades brasileiras.

Logo chega um carrinho com algumas caixas. Minha comida deve estar lá dentro. Abro uma caixa de cada vez — correspondência, relatórios e livros contábeis. Na última caixa existem receitas. Pastéis fritos. Sopa de palmito. Feijoada. Tais receitas não são comida, apenas a promessa de comida.

A garçonete recomenda feijoada. Traz uma caixa cheia de feijão preto, carne seca, carne de porco, lingüiça, cebola, alho e outras fontes primárias de nutrientes. Depois de todo esse tempo, ainda tenho que cozinhar minha própria refeição.

1 Imagens de arquivos

Estas são as imagens em transformação dos arquivos como locais de poder. O templo reflete o poder da autoridade e da veneração. A prisão exerce o poder de controle. O restaurante usa o poder da interpretação e da mediação. Estes representam a trindade da função dos arquivos: seleção, preservação e acesso. Arquivos são lugares de conhecimento, memória, nutrição e poder. De uma só vez, protegem e preservam documentos, legitimam e santificam certos documentos, enquanto invalidam e destroem outros, e dão acesso a fontes selecionadas enquanto controlam os pesquisadores e as condições sob as quais eles podem examinar os documentos arquivísticos.

George Orwell lembra que arquivos representam poder. Em seu romance *1984*, declara:

Aquele que controla o passado, controla o futuro; aquele que controla o presente, controla o passado. ... A mutabilidade do passado é o princípio central da Ingsoc. Eventos passados, argumenta-se, não têm existência objetiva, mas sobrevivem

apenas em documentos escritos e nas memórias humanas. O passado é o que quer que os documentos e as memórias concordem entre si. E já que o Partido tem total controle de todos os documentos e igual controle da mente de seus membros, resulta que o passado é o que Partido escolhe fazer dele.¹

Orwell lamenta repetidamente os documentos fragmentados do passado e as lacunas resultantes em nosso conhecimento sobre eventos históricos. Em um ensaio de 1943, ele escreve, "Quando penso em antigüidade, o detalhe que me assusta são aquelas centenas de milhares de escravos em cujas costas se sustentaram as civilizações, geração após geração, e sobre quem não há qualquer registro".² Tais lacunas no conhecimento histórico — o silêncio dos arquivos — incomodaram muito Orwell.

Historiadores e outros que dependem de arquivos para informação e conhecimento reconhecem cada vez mais o papel importante do arquivista. Não importa quão completos ou confiáveis são os documentos, o papel do arquivista é crucial para libertar o seu poder. Antoinette Burton escreve "todas as fontes de arquivo são, num primeiro momento, primárias e secundárias: nem cruas nem completamente cozidas", mas são tanto documentos de arquivo, quanto história em elaboração.³

Em seu livro *Archive Fever*, o filósofo francês Jacques Derrida encontra tais imagens de autoridade, poder e controle, inerentes no conceito original grego de *arkheion*, ou arquivo. Derrida declara, "Não há poder político sem o controle do arquivo, se não o de memória. A democratização efetiva pode sempre ser mensurada por... acesso ao arquivo, sua constituição e sua interpretação".⁴ Derrida, deste modo, une as imagens mais comuns dos arquivos com o poder político que eles transmitem e representam, e sua importância para a sociedade.

2 A ilusão de neutralidade

Apesar de muitos afirmarem sua imparcialidade e neutralidade, arquivistas não podem evitar de deixar sua própria impressão nestas poderosas fontes de conhecimento e

¹ ORWELL, George 1984 apud SAMUELS, Helen Willa, "Who Controls the Past," *American Archivist*, 49, p. 109, Spring 1986. Este é o primeiro alerta de Samuels aos arquivistas sobre a preocupação de Orwell com os documentos e com a memória, o qual examinarei mais detalhadamente no capítulo 3.

² ORWELL, George. *A collection of essays*. Garden City, NY, Doubleday, 1954. p. 206.

³ BURTON, em *Archive Stories*, p. 12.

⁴ DERRIDA, Jacques. *Archive Fever*. Chicago: University of Chicago Press, 1996. p. 4

identidade. Desde o surgimento da “história científica” no século XIX, historiadores se apoiam em arquivos e outras fontes primárias para criar e dar sustentação às suas interpretações do passado. Por meio de seminário, inventado nos anos 1830 por um professor alemão de história, Leopold von Ranke, professores ensinam as técnicas de leitura e análise minuciosa de documentos históricos.⁵ Os arquivos representam um laboratório científico para investigação histórica. Sir Hilary Jenkinson da Inglaterra estabeleceu o ideal de imparcialidade, neutralidade e passividade do arquivista em 1922:

A carreira do arquivista é de serviçal. Ele existe para tornar possível o trabalho de outras pessoas. ... O bom arquivista é, talvez, o mais desprezado devoto da Verdade que o mundo moderno produziu.⁶

Como Elisabeth Kaplan ressalta, o interesse de Jenkinson pelas idéias positivistas do século XIX – mesmo depois de expostas ao pensamento de Einstein e Freud no século XX – parece, em retrospecto, “extraordinariamente reacionária”.⁷ Mesmo quase um século depois, este ainda é o ideal defendido para arquivistas por muitos de nossos colegas. De fato, até muito recentemente, arquivistas com frequência se descreviam — com orgulho — como ‘serviçais dos historiadores’, como observa Terry Cook. “Olhando para o passado, tal frase é surpreendente por sua subserviência e por suas conotações de gênero.”⁸ Mesmo que os arquivistas aceitassem a possibilidade de tal neutralidade e passividade, queremos mesmo ser meros serviçais da história? Espero que tenhamos maiores aspirações. Certamente deveríamos ter mais amor-próprio que isso.

Apenas recentemente a perspectiva pós-moderna permeou o discurso arquivístico americano, mas já havia influenciado a perspectiva dos arquivistas no cerne dos valores tradicionais dos arquivos. O pós-modernismo problematiza valores do Iluminismo tais como racionalismo, verdade e progresso, que escondem ou excluem quaisquer forças que possam desafiar o domínio cultural das instituições da sociedade moderna.⁹ Arquivistas não podem ser meros guardiães, argumenta o arquivista sul-africano Verne Harris, visto que “qualquer tentativa de ser imparcial, de permanecer acima dos jogos de poder, constitui uma escolha,

⁵ APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. *Telling the truth about history*. New York: 1994. p. 73.

⁶ JENKINSON, Hilary apud KAPLAN, Elisabeth. Many paths to partial truths: archives, anthropology, and the power of representation. *Archival Science*, 2, p. 215, 2002.

⁷ KAPLAN. *Many paths*. p. 215-216.

⁸ COOK. Remembering the future. *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory*. p. 173.

⁹ FEGAN, Michael apud GREENE, Mark. The messy business of remembering: history, memory, and archives. *Archival Issues*, v. 28, n. 2, p. 95-96, 2003-2004.

quer seja consciente ou não, de reproduzir, se não reforçar relações de poder mais comuns”.¹⁰ Inevitavelmente, o papel do arquivista envolve política.

De acordo com Terry Cook, os arquivistas pós-modernos desafiaram cinco princípios centrais da tradição da profissão arquivística:

1. O arquivista é neutro, é um guardião imparcial da “Verdade”, gerenciando documentos conforme teorias universais e livres de valores.
2. Arquivos como documentos e como instituições são subprodutos desinteressados de ações e administrações.
3. A origem ou proveniência dos documentos deve ser atribuída a um único departamento, ao invés de em processos complexos e de múltiplas formas de criação.
4. A ordem e a linguagem imposta aos documentos pelo arranjo e descrição arquivística são recriações livres de valor, de alguma realidade anterior.
5. Arquivos são (ou devem ser) a herança passiva, natural ou a “metanarrativa” orgânica do estado.¹¹

Os arquivistas pós-modernos rejeitam estas noções tradicionais como antiquadas e perigosas na sociedade moderna. Argumentam que arquivos não podem continuar neutros e passivos. Já em 1970, Howard Zinn, historiador radical, contou a uma platéia de arquivistas americanos que a “suposta neutralidade” deles era uma “farsa”. Os arquivistas, até mais que os historiadores e cientistas políticos, tendem a ver o próprio trabalho como técnico, livre do mundo desagradável de interesses políticos; mas os acervos arquivísticos são quase sempre influenciados por uma parcela importante e poderosa da sociedade, ignorando a impotência e a obscuridade.¹²

Embora os arquivistas considerem seu papel na sociedade, é importante reconhecer que objetividade não é o mesmo que neutralidade. O compromisso com a honestidade, a justiça e a verdade lhes dá a base necessária para a “objetividade”. Se nos mantivermos fiéis a estes valores éticos e profissionais, podemos nos envolver de forma responsável em debates sobre política pública e procurar assegurar que arquivos documentem as perspectivas de todos os segmentos da sociedade. Isso não é “neutro” porque arquivistas tomarão partidos e trarão sua *expertise* profissional para os problemas e questões sociais. No entanto, isso pode ser realizado objetivamente, seguindo padrões aceitáveis da prática arquivística. Isto pode requerer uma

¹⁰ HARRIS. *Archives and justice*. p. 248.

¹¹ COOK. Remembering the future. *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory*. p. 174.

¹² ZINN, Howard. Secrecy, archives, and the public interest. *Midwestern Archivist*, v. 2, n. 2, p. 20-21, 1977.

definição mais ampla da ética arquivística, a qual deve incluir participação ativa para assegurar os direitos de todos os cidadãos da sociedade.

Desde a antiga Suméria, arquivos consolidam poder econômico e político. A escrita emergiu em sociedades hierárquicas que precisavam controlar e contabilizar propriedades e leis. O moderno arquivo público europeu surgiu para solidificar e memorizar primeiro o governo monárquico, e depois o poder do Estado-nação.¹³ Desde então, arquivos jamais têm sido neutros. Por toda a história ocidental, eles serviram aos interesses do Estado e dos governantes. O sectarismo dos arquivos ocorre em sociedades monárquicas e democráticas, incluindo os Estados Unidos, Brasil e outros países.

3 Disputas de poder nos arquivos

Em sua aplicação mais vantajosa para a teoria arquivística, o pós-modernismo amplia nossa compreensão das relações de poder que existem nos arquivos. Elisabeth Kaplan percebeu que, apesar de antropólogos e arquivistas alegarem ser “selecionadores desinteressados”, ambos servem como “intermediários entre o tema e seus futuros intérpretes, uma função/papel que é da interpretação em si”. Referindo-se a George Orwell, Kaplan conclui que “este poder sobre a prova de representação e o poder sobre o acesso a ela nos imbuí de certa dose de poder sobre a história, a memória e o passado”.¹⁴ Este poder dos arquivos carrega em si uma medida significativa de responsabilidade.

Ao reconhecer o poder que os arquivistas exercem no universo do conhecimento, alguns ficaram tentados a buscar métodos pseudocientíficos de se distanciar de suas decisões. Eles querem acreditar na sua neutralidade.

Ao invés de esconder nosso poder sobre o reino da história, da memória e do passado, espero que os arquivistas aceitem o poder dos arquivos e o use para o bem da humanidade. Antes de analisar as respostas para o desafio de usar o poder arquivístico, precisamos compreender algumas de suas manifestações. Aqui existem três aspectos essenciais do poder dos arquivos, refletidos sobre estas metáforas:

- o templo: autoridade e controle sobre a memória social (coletiva);
- a prisão: controle sobre a preservação e segurança dos documentos;
- o restaurante: o papel do arquivista como intérprete e mediador entre documentos e usuários.

¹³ STEEDMAN, Carolyn. *Dust: the archive and cultural history*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2002. p. 69.

¹⁴ KAPLAN. *Many paths*. p. 211.

4 O templo

No templo arquivístico, os documentos da atividade humana alcançam autoridade e imortalidade (ou pelo menos sua semelhança). No mundo antigo e na era medieval, templos e igrejas continham tanto os tesouros das “jóias da coroa” quanto os documentos de Estado, seguramente guardados e escondidos do olhar de estranhos.¹⁵ Até hoje a arquitetura de muitos prédios de arquivos incorporam deliberadamente o imaginário de templos e santuários.

Documentos, fotografias, documentos eletrônicos e outros materiais depositados em tais templos adquirem significado especial. O simples ato de seleção e preservação distingue alguns documentos de outros e lhes dá maior validade. Estes representam prova, informação, patrimônio, a verdade e a memória social. Como um arquivista canadense proclamou em 1924, “De todas as riquezas nacionais, os arquivos são as mais preciosas. São o presente de uma geração para a outra e a extensão de nosso cuidado por eles indica a magnitude da nossa civilização”.¹⁶ A decisão do arquivista sobre tais coisas conduz poder além do conhecimento. Como Michel-Rolph Trouillot declara em *Silencing the Past*, o “fazer dos arquivos envolve ... a exclusão de alguns produtores, algumas provas, alguns temas e alguns procedimentos”.¹⁷

No templo arquivístico, arquivistas tomam decisões carregadas de valor com implicações cruciais sobre o conhecimento que o futuro terá do passado. Poucas reliquias preciosas obtêm reconhecimento como raras ou sagradas, como os Pergaminhos do Mar Morto ou os primeiros exemplares de Shakespeare, entesourados por “seu valor talismânico como testemunhas tangíveis de um evento particular ou uma de personalidade”.¹⁸ Em tais templos, arquivistas tomam decisões vitais sobre quais documentos serão salvos para as gerações futuras e quais serão excluídos ou destruídos. A preocupação das pessoas com o passado — em geral uma paixão ardente e febril — produz o desejo humano por arquivos, por documentar o que nos permite conhecer nossas origens. Em sua essência, isso lembra uma procura religiosa por significado, pelos segredos da vida.

Há muito tempo os arquivistas reconheceram que estão, de alguma forma, no “negócio das memórias”, mas nem sempre compreenderam seu papel ou a extensão das suas funções. O que preservamos nos arquivos é uma gama complexa de valores sociais. Como

¹⁵ KETELAAR, Eric. Archival temples, archival prisons: modes of power and protection. *Archival Science*, 2, p. 234, 2002.

¹⁶ WILSON, Ian E. The gift of one generation to another: the real thing for the Pepsi generation. *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory*. p. 335.

¹⁷ COX, Richard J. *No innocent deposits: forming archives by rethinking appraisal*. Lanham, Maryland: 2004. p. 40-41. apud TROUILLOT, p. 41.

¹⁸ LOWENTHAL, David. Archives, heritage, and history. *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory*. p. 199-200.

Elisabeth Kaplan argumenta em um ensaio sobre arquivos e construção de identidade, "Nós somos o que coletamos, nós coletamos o que somos".¹⁹ Ao preservar alguns documentos e não outros, os arquivistas afetam a compreensão coletiva da sociedade sobre seu passado, incluindo o que vai ser esquecido.

No entanto, arquivos não constituem o passado em si, tampouco nossa memória coletiva do passado. Depois de pesquisar as histórias de sua mãe sobre o crescimento na Irlanda, o historiador Richard White alertou: "A história é inimiga da memória. ... Quando deixados sozinhos com as memórias, historiadores as tratam como detetives tratam suas fontes: comparam-nas, interrogam-nas e contrastam uma com as outras".²⁰ As fontes arquivísticas provaram que muitas das memórias da mãe de White eram falsas.

Os arquivos fornecem o documento de um acordo feito há um determinado tempo, por uma ou mais pessoas, sobre ações individuais, eventos e histórias. Arquivos não testemunham a precisão ou verdade destes valores, mas a exatidão de como e quando tais testemunhos foram criados.²¹ Coletivamente, esses documentos do passado fornecem um antídoto para a memória humana, um substituto que se mantém imutável enquanto a memória constantemente muda e redireciona sua visão do passado. Embora documentos e imagens nos documentos de arquivos não mudem visivelmente, no entanto, o pós-modernismo nos lembra que nossa compreensão e interpretação sobre eles mudam e se refocalizam constantemente.

5 A prisão

O segundo lugar de poder é a prisão arquivística. Desde as portas de segurança até os guarda-volumes para os pertences dos pesquisadores, das estantes trancadas às salas de leitura vigiadas, arquivos muitas vezes lembram prisões ou fortalezas. Se a metáfora de arquitetura mais comum e o modelo de instalações arquivísticas é o templo ou o santuário, uma metáfora secundária enfatiza a segurança e a proteção. O prédio construído nos anos 1980 para o Departamento de Arquivos de Guadalupe se apresenta como um exemplo. De acordo com Laurent Dubois, "em um gesto arquitetônico curioso, o novo prédio foi cercado parcialmente por um fosso e por uma muralha, de modo que se parece um pouco com uma fortaleza".²²

¹⁹ KAPLAN, Elisabeth. *We are what we collect, we collect what we are: archives and the construction of identity*. *American Archivist*, 63, p. 126-151, Spring/Summer 2000.

²⁰ WHITE, Richard. *Remembering Ahanagan: a history of stories*. New York: 1998, p. 4.

²¹ DURANTI, Luciana. *Diplomatics: new uses for an old science*. *Archivaria*, 28, p. 7-27, Summer 1989.

²² DUBOIS, Laurent. *Maroons in the archives: the uses of the past in the french Caribbean*. *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory*, p. 293.

Os documentos estão aprisionados (para sua própria segurança, é claro), mas também o estão os pesquisadores, que devem consultar documentos em salas bem guardadas sob vigilância.

Eric Ketelaar compara uma sala de leitura ao pan-óptico de Jeremy Bentham, uma prisão onde os detentos são mantidos sob vigilância constante pelos guardas em uma torre de controle central.²³ Este conceito tornou-se a imagem icônica central de 1984 de Orwell. "O *Big Brother*"²⁴ observa você, não necessariamente mantendo os olhos sempre fixados em você, mas principalmente ao elaborar e conferir sempre sua ficha", conforme a observação de Ketelaar.²⁵ Tanto em seu *design* quanto em sua operação, as salas de consulta de arquivos imitam o objetivo do pan-óptico de Bentham, garantindo a segurança e o controle.²⁶

Tal idéia estende-se até mesmo à ordenação física dos documentos e "ao poder de conhecimento dos instrumentos de busca", que representa o que o público só poderá achar por trás das portas fechadas do depósito, que se assemelha a uma prisão.²⁷ Entrando nos arquivos, os pesquisadores passam por uma variedade de "medidas de controle", tais como assinar um documento, mostrar documentos de identidade, ler regras de pesquisas, deixar as mochilas e pertences fora da sala de leitura, manter silêncio e estar sob vigilância constante. O usuário dos arquivos torna-se um "detento" da sala de leitura.²⁸ Tais rituais e disciplinas auxiliam a manutenção do poder dos arquivos e do arquivista.²⁹ Preservação, segurança e administração do acesso representam aspectos do controle do arquivista.

O controle arquivístico também se estende ao processo de organização e descrição. "Ao nomear, trazemos ordem ao caos. Domamos a selva, colocamos tudo em caixas, quer seja fisicamente em recipiente padronizado, ou em padrões intelectuais," conforme observaram Wendy Duff e Verne Harris. "No reino da padronização descritiva, ao usar caixas grandes como fundos ou séries ou caixas pequenas, tais como datas de criação ou aquisição, trazemos ordem às realidades desordenadas."³⁰ Os arquivistas, então, aprisionam não apenas suas caixas de documentos e seus pesquisadores, mas também o significado dos documentos arquivísticos

²³ KETELAAR. *Archival temples*, p. 227.

²⁴ Nota da revisora da tradução: *Big Brother* é um personagem do romance 1984 de George Orwell. É um enigmático ditador que vigia tudo e todos constantemente (N.R.).

²⁵ KETELAAR, Eric. *The Panoptical Archive. Archives, Documentation and Institutions of Social Memory*, p. 145.

²⁶ Um importante manual sobre segurança arquivística recomenda que "todo esforço deve ser feito para que o pesquisador saiba que está sendo supervisionado," e "o desenho das mesas e cadeiras deve dar ao arquivista uma visão clara de todas as áreas e pesquisadores na sala". Também recomenda que sejam instaladas câmeras de vigilância e espelhos convexos circulares. TRINKAUS-RANDALL, Gregor. *Protecting your collections: a manual of archival security*. Chicago: Society of American Archivists, 1995, p. 26-27.

²⁷ KETELAAR. *Archival temples*, p. 234, 236.

²⁸ KETELAAR. *The Panoptical Archive. Archives, Documentation and Institutions of Social Memory*, p. 147.

²⁹ KETELAAR. *Archival temples*, p. 236-237.

³⁰ DUFF, Wendy M.; HARRIS, Verne. *Stories and names: archival description as narrating records and constructing meanings*. *Archival Science*, 2, p. 282, 2002.

e das identidades de seus criadores. O arquivista exerce um poder de interpretação sobre os documentos sob sua custódia e, por conseguinte, controla e formata os significados destas fontes aprisionadas.

6 O restaurante

O poder de interpretação do arquivista aparece mais intensamente na imagem do arquivo como restaurante, onde os famintos por verdade e conhecimento procuram se alimentar. O poder do arquivo governa o processo de pesquisa, dos instrumentos de busca que podem parecer, inicialmente, um exótico cardápio de escolhas de difícil interpretação para o cliente de primeira viagem, até a consulta individual na qual os arquivistas fazem a mediação entre usuário e documento. Basta olhar para os cardápios! Eles reduzem a complexa história de vida de uma pessoa em uma breve nota biográfica, e a complexidade de milhares de documentos em um sumário curto. Como intérpretes do cardápio, os arquivistas fazem a mediação entre usuários e documentos. Esta mediação separa o leitor do acesso direto ao documento, o qual arquivistas argumentam que deve ser colocado no contexto, arranjo e explicação antes de poder ser usado. O arquivista não pode alegar onisciência, mas seu papel de mediador aproxima-se de uma pretensão implícita e rebaixada de onipotência sobre o arquivo.

Não existem encontros inocentes com arquivos; todos que tocam os arquivos deixam impressões digitais, alterando e moldando o significado do documento. Como muitos arquivistas reconhecem agora, estamos nos movendo em direção a uma era *muito* ativa de intervenção arquivística, na qual os arquivistas compreendem que o processo de seleção, acesso e até descrição é resultado de valores culturais particulares, perspectivas sociais e inclinações políticas.³¹

Como Terry Cook e Joan Schwartz ressaltam, o arquivista desempenha um papel cuidadosamente escrito no teatro da pesquisa — em uma peça por meio da qual o pesquisador e o arquivista de referência interagem. “O arquivista é um ator, não um guardião; um artista, não um custodiador.”³² Este é o papel teatral que dota o arquivista de autoridade e poder.

Arquivistas pensam-se neutros e passivos, sem poder. Os estereótipos negativos de arquivistas na ficção, filmes e novas mídias induzem à imagem de trabalhador erudito,

mas inútil em porões escuros e misteriosos.³³ Porém, numa sociedade baseada na informação, conhecimento traz um significado para o poder. “Conhecimento não é igual a poder, como diz o clichê, mas o poder não pode ser exercido sem ele”, afirma Verne Harris. “Informação é essencial para uma democracia eficiente e, por conseguinte, efetiva.”³⁴

Na sociedade moderna, os arquivistas têm uma parcela maior do poder de conhecimento. O que precisam fazer é transferir uma parte do poder contido nos documentos aos profissionais de documentos e seus depósitos.³⁵ O papel de interpretação do arquivista, tanto em criar instrumentos de busca para guiar os usuários dos documentos quanto em prover serviços de referência, transmite histórias da condição humana. “Contar histórias sobre o nosso passado é a atividade humana mais importante”, como declara Verne Harris. “As histórias são cruciais para a nossa construção de significado e são sustentadas por nossos sonhos do impossível. Sem histórias, estamos sem alma.”³⁶ Tais histórias são fundamentais e, por tal razão, poderosas, tanto para o indivíduo como para a sociedade.

No restaurante arquivístico, a garçonete dá as boas-vindas ao cliente, interpreta o cardápio, dá uma sugestão de entrada ou sobremesa e recolhe o dinheiro antes de o cliente ir embora. Ela oferece um cardápio de opções que permite ao cliente selecionar a comida apropriada ou desejada. Ela explica (interpreta) tanto o cardápio quanto o tipo de comida oferecida. Ela mantém e preserva, garante a segurança, providencia uma experiência de jantar confortável. Ela oferece conselhos (narra o documento), mas em geral, só quando lhe é pedido. É um papel de servir, mas vem aliado a uma medida de poder e requer um sorriso tranquilizador se quiser uma gorjeta generosa.

7 Aceitação de poder

O desafio do arquivista é aceitar o poder dos arquivos e usá-lo bem. O primeiro passo para isso é abandonar a pretensa neutralidade. Os conceitos de neutralidade e imparcialidade são inalcançáveis. Com frequência são simples máscaras que escondem as verdadeiras decisões políticas de apoio ao *status quo*.³⁷ O desempenho dos arquivistas, e

³¹ BLOUIN; ROSENBERG. Part II: Archives in the Production of Knowledge. *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory*, p. 86.

³² COOK; SCHWARTZ. p. 183.

³³ Para uma análise intrigante destas imagens ver SCHMULAND, Arlene. The archival image in fiction: an analysis and annotated bibliography. *American Archivist*, 62, p. 24-73, Spring 1999.

³⁴ HARRIS. *Archives and justice*. p. 270.

³⁵ COX. *No innocent deposits*. p. 35.

³⁶ HARRIS. *Archives and justice*. p. 102.

³⁷ SPEAR, Allan. Politics and the Professions. *Midwestern Archivist*, v. 9, n. 2, p. 81, 1984.

o seu uso do poder necessitam ser abertos ao debate e a *accountability*³⁸. Uma vez que os arquivistas reconheçam seu poder, ele pode ser questionado, comprovado e aberto ao diálogo e à compreensão.³⁹ Isso nos permitirá evitar o uso de tal poder indiscriminadamente ou, até pior, acidentalmente.

Arquivistas já fizeram várias sugestões provocadoras sobre como reconhecer e usar o poder dos arquivos. Erik Ketelaar conclama aos arquivistas que abram suas decisões tomadas ao escrutínio popular: “Em uma democracia, o debate sobre a seleção e o acesso deveria ser público, sujeito à verificação e ao controle do público”.⁴⁰ Abraham Lincoln declarou que os Estados Unidos acreditavam no governo do povo, pelo povo e para o povo. Agora é a hora de os arquivistas em todos os países garantirem os arquivos do povo, pelo povo e para o povo.⁴¹

O foco dos arquivistas no lado técnico de seus afazeres, por vezes, obscurece suas responsabilidades sociais e culturais. A ênfase demasiada em sistemas de gestão de documentos, *accountability* e provas — todas cruciais para arquivos institucionais — poderia levar à negligência e desvalorização do nosso papel de preservar o patrimônio, a cultura e a memória social. Além de responsabilizar aqueles líderes nas esferas políticas, de negócios, acadêmica e quaisquer outros campos cujos documentos eles gerenciam, os próprios arquivistas seriam responsabilizados pelos usuários de amanhã, que dependem das nossas decisões profissionais bem formuladas, que possam suportar o teste do tempo. Arquivistas são atores vitais, não observadores passivos, do relacionamento entre história, memória e *accountability*.⁴² O poder pressupõe responsabilidades. Também aumenta a quantidade do que os arquivistas fazem e como desempenhamos nossos papéis.

Hilary Jenkinson aponta para um ideal inalcançável do arquivista como alguém que serve aos pesquisadores, mas jamais engajado na interpretação dos documentos. No entanto, a interpretação está sempre no cerne do gerenciamento e uso dos documentos. O papel do arquivista na sociedade inclui a proteção da integridade dos documentos como prova. Para tal, o arquivista deve ser capaz de interpretar ou contextualizar documentos,

³⁸ Nota da revisora da tradução: *Accountability* é um termo para o qual não há similar na língua portuguesa. Alguns dicionários sugerem a tradução por “responsabilidade”, o que não dá a total dimensão do seu significado. *Accountability* seria a responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica por suas ações, decisões e, sobretudo, a expectativa de explicá-las quando for solicitado. Representa uma visão democrática onde é possível a cobrança de atitudes e ações. No âmbito público, significa a necessidade e possibilidade de prestar contas sobre a forma como atividades são implementadas e os recursos são gastos; transparência. Representa, ainda, o direito do cidadão de ter satisfação de ações públicas e o direito de cobrar o que foi dito e o que se fez. (N.R.)

³⁹ COOK; SCHWARTZ. p. 181.

⁴⁰ KETELAAR. *Archival image*. p. 19.

⁴¹ KETELAAR. *Archival image*. p. 15.

⁴² DIRKS, John M. Accountability, history, and archives: conflicting priorities or synthesized strands? *Archivaria*, 57, p. 35, 49, Spring 2004. Sprague quoted p. 35.

em vez de simplesmente observá-los e guardá-los.⁴³ Estas responsabilidades profissionais são vitais e profundas.

Em seu papel de criadores de registros documentários, arquivistas contribuem para assegurar *accountability* e a documentação, e fornecem meios de verificar ou corrigir memórias pessoais e coletivas por meio da documentação. A *accountability* está no cerne do medo que Orwell tinha sobre o controle público da memória pelo “Big Brother”. Em face às tentativas soviéticas de apagar memórias e forçar o povo tchecoslovaco ao silêncio, Milan Kundera declarou “que a luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento”.⁴⁴

Para os arquivistas, a idéia de arquivo como memória é mais que uma simples metáfora. Os documentos e os artefatos que eles coletam são fontes importantes para estender o âmbito da comunicação humana pelo tempo e pela distância.⁴⁵ Arquivos fornecem benefícios essenciais para a sociedade. “O cuidado que a nação devota à preservação dos monumentos do seu passado pode servir como a real medida do grau de civilização que ela atingiu”, conforme declarou o historiador Waldo G. Leland em 1912. “O monumento principal da história de uma nação são seus arquivos, a preservação a qual é reconhecida em todos os países civilizados como função natural e própria do governo”.⁴⁶ Os arquivos não apenas conduzem líderes públicos à responsabilidade, eles também permitem que todos os cidadãos conheçam o passado.

8 Responsabilidade Social

Arquivos expressam e guardam inúmeras oposições: memória e esquecimento, sofrimento e esperança, poder e *accountability*, confinamento e liberação, opressão e justiça, conformidade e diversidade, silêncio e fala. Com frequência, arquivos servem aos interesses do poder estabelecido, mas eles também podem dar poderes aos grupos marginalizados da sociedade. Os arquivistas devem usar seu poder — ao determinar quais documentos serão preservados para as gerações futuras e ao interpretar tal documentação para os pesquisadores — para o benefício de todos os membros da sociedade. Adotando

⁴³ NESMITH, Tom. What's history got to do with it?: reconsidering the place of historical knowledge in archival work. *Archivaria*, 57, p. 25-26, Spring 2004.

⁴⁴ KUNDERA, Milan. *The book of laughter and forgetting*. New York: Alfred A. Knopf, 1980. p. 3. Esta passagem também é citada em: THELEN, David. Memory and American history. *Journal of American History*, 75, p. 1126, March 1989.

⁴⁵ FOOTE, Kenneth E. To remember and forget: archives, memory, and culture. *American Archivist*, 53, p. 393, Summer 1990.

⁴⁶ “Address by Waldo G. Leland, 1956,” in Waldo G. Leland Papers, Manuscript Division, Library of Congress.

uma consciência social pela profissão, eles podem empenhar-se em um compromisso ativo no cenário público. Os arquivistas podem usar o poder dos arquivos para promover *accountability*, governança transparente, diversidade e justiça social. Para fazê-lo é essencial distinguir objetividade de neutralidade. Defesa e ativismo podem chamar a atenção para questões sociais sem abandonar padrões profissionais de justiça, honestidade, imparcialidade e transparência.

Conseqüentemente, os arquivistas tornam-se reponsáveis por todos os cidadãos em uma sociedade democrática. Eles desempenham uma função importante que, com freqüência, passa despercebida. Arquivos documentam a sociedade e protegem os direitos dos cidadãos. Tanto coletivamente quanto individualmente, arquivistas devem se empenhar em assegurar que seus documentos registrem as vidas e experiências de todos os grupos da sociedade, não apenas das elites política, econômica, social e intelectual. Em 1971, Howard Zinn incitou os arquivistas para “assumir o problema de compilar um mundo inteiramente novo de documentos sobre vidas, desejos e necessidades das pessoas comuns”. Isto ajudaria a assegurar “que a condição, as queixas e as vontades das classes desfavorecidas tornem-se a força de uma nação”.⁴⁷

Ao responder a este desafio, os arquivistas fizeram grandes progressos. Há mais arquivos dedicados a — ou pelo menos preocupados em — documentar a mulher, os grupos raciais e étnicos, os trabalhadores, os pobres, os *gays* e lésbicas, e outros grupos marginalizados. Arquivistas ainda podem fazer mais. Espero que aspiremos o aprimoramento com nossos sucessos passados.

Prestar atenção na necessidade de *accountability* e documentação serve à causa dos direitos humanos e da justiça social. Os arquivos não somente auxiliam na transparência legal e fiscal, do acervo das organizações de hoje para a sociedade, eles também auxiliam na transparência dos líderes e das instituições de ontem, tanto moral quanto efetivamente. A acessibilidade dos arquivos é essencial para servir “à necessidade da sociedade de preponderância da justiça e na preservação de direitos e valores”.⁴⁸ Documentos de arquivo têm sido usados para reabilitar pessoas equivocadamente condenadas por crimes sob regimes totalitários e para obter compensação de seus antigos opressores.⁴⁹

Há uma tensão inerente na documentação de grupos que tradicionalmente têm sido negligenciados ou marginalizados. A quem pertence a história deles? Nos Estados Unidos, a

⁴⁷ ZINN, 25.

⁴⁸ DIRKS, 38.

⁴⁹ KETELAAR. *Archival temples*. p. 230-231; FLECKNER, John. Dear mary jane: some reflections on being an archivist. *American Archivist*, 54, p. 8-13, Winter 1991; ver também os extensos escritos de Verne Harris sobre os arquivos da África do Sul, especialmente in *Archives and Justice*.

controvérsia sobre túmulos e artefatos de americanos nativos ilustra o problema sobre a posse que afeta outros grupos na sociedade. Uma razão pela qual afro-americanos, grupos étnicos, *gays* e lésbicas e outros criaram seus próprios depósitos foi para ter controle sobre sua própria documentação, sobre sua preservação e interpretação e sobre seus próprios termos de acesso.

Entre os americanos nativos, por exemplo, existem alguns rituais e tradições que somente determinadas famílias dentro da tribo são autorizadas a conhecer. O conceito arquivístico de acesso aberto e igualitário deve ser modificado para respeitar tais tradições culturais.⁵⁰ Em abril de 2006, um grupo de arquivistas, bibliotecários, curadores de museu, historiadores e antropólogos prepararam um documento intitulado *Protocolos para materiais arquivísticos de americanos nativos*. Baseado no conceito de que “as comunidades americanas nativas têm direitos primários sobre todos os materiais suscetíveis culturalmente que são culturalmente relacionados a eles.”⁵¹ Os *Protocolos* pedem: repatriação de alguns materiais nativos adquiridos por depósitos não-nativos, obtenção de autorização das comunidades americanas nativas antes de permitir acesso a materiais sensíveis, adição de explicações ou retirada de “termos ofensivos” dos títulos originais e descrições arquivísticas e fornecimento de serviços de referência culturalmente suscetíveis para o nativos americanos usuários dos arquivos.⁵²

Tanto arquivistas quanto muitos eleitores que utilizam arquivos, quer direta ou indiretamente, confrontam as relações de poder no trabalho dentro dos arquivos, devemos considerar o contexto no qual tais poderosas forças sociais operam. As origens históricas e o desenvolvimento dos arquivos fornecem um ponto de partida para nossa consideração sobre o papel dos arquivos e dos arquivistas na construção da memória, na *accountability* e nas questões de interesse público, e no uso deste poder dos arquivos para alcançar metas socialmente responsáveis enquanto asseguram integridade profissional. Os arquivos devem servir a todos os setores da sociedade. Ao aceitar o poder dos arquivos, arquivistas podem cumprir o seu papel característico na sociedade, o de assegurar arquivos do povo, pelo povo e para o povo.

⁵⁰ Conversa com Juanita Jefferson, arquivista e gerente de documentos da Lummi Nation, 5 de agosto de 2005. Ver também: BROWN, Michael F. *Who Owns Native Culture?* Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

⁵¹ “Building Relationships of Mutual Respect,” in *Protocols for Native American Archival Materials*.

⁵² SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. *Report: task force to review protocols for native american archival materials* (February 2008). Disponível no site da SAA: <www.archivists.org>. Acesso em: 12 maio 2008.

9 A necessidade de lembrar

Quero concluir com um poema que examina a importância do simples ato de lembrança. Em algumas sociedades, as pessoas que documentam eventos históricos podem ser presas, ou mesmo “desaparecer”. Lembrar verdades desagradáveis é ilegal. Então a memória torna-se um ato político, carregado de significado social. Em seu poema “Contra a amnésia”, John Ross escreve sobre os perigos da supressão política da memória em países da América Latina tanto quanto nos Estados Unidos. Segue um excerto:

... No Uruguai agora, no Chile,
é oficial,
não há memória,
Não lhe é permitido lembrar
os tempos difíceis, eles terminaram,
e aqueles que lembram
foram ordenados
pela Comissão do Esquecimento
a esquecer. ...
Aqui também nestas verdes colinas
nos territórios livre de Ovanic e Polho,
tentarão e nos farão esquecer
as covas coletivas,
os bebês arrancados dos ventres,
as famílias e cidades feridas,
as línguas que falam,
eles darão de ombros e dirão que jamais aconteceu,
não está escrito em lugar algum,
no pasa nada aqui, señor, ...
mas ...
os índios jamais deixarão passar,
jamais abandonarão a memória de seus mortos,
jamais deixarão o passado para trás
porque o passado jamais irá embora,
é como um bumerangue,
sempre voltará,
é sempre presente,
é sempre futuro,
é o direito humano mais fundamental,
memória,
aquilo que nos pertence.⁵³

⁵³ ROSS, John. *Against amnesia*. Disponível em: <<http://www.media-alliance.org/article>

Historiadores – e arquivistas – trabalham no cenário público, que é inevitavelmente político. Toda escolha que fazemos sobre quais documentos e provas guardar, o que incluir em nossa pesquisa e como conceber as perguntas para nossas interpretações do passado reflete nossas próprias perspectivas pessoais e coletivas sobre o mundo. Isto é verdade tanto no passado histórico quanto no presente político. Como Ross nos alerta em seu poema, aqueles que negam o passado “darão de ombros e dirão que jamais aconteceu, não está escrito em lugar algum”.

É por isso que é tão importante para as sociedades preservar a documentação do passado – para evitar amnésia, para assegurar um documento preciso de eventos que servirão para corrigir as falsas memórias e o esquecimento. É por isso que os arquivos são tão importantes – não apenas para historiadores, mas para todos os cidadãos preocupados com a verdade, com a *accountability* e com a justiça social.

Ao responder efetivamente aos desafios de usar o poder dos arquivos para o bem comum será necessário um esforço maior da profissão arquivística para refletir sobre nossas pretensões e preconceitos fundamentais, e superar isso através do compromisso renovado com os valores democráticos. Existem os riscos que envolvem tais mudanças. Será difícil engajar arquivistas e suas profissão em uma visão mais inclusiva das responsabilidades sociais. Porém, os riscos são altos demais para não aceitar os desafios. Os exemplos históricos de abuso de poder, controle por meio da manipulação dos documentos arquivísticos e o esforço para limitar o acesso a informações vitais demonstram os perigos do mau uso do poder dos arquivos e dos documentos. Arquivistas deveriam assumir o compromisso de evitar que a profissão arquivística, explícita e implicitamente, apóie as elites privilegiadas e governantes poderosos às custas dos direitos e interesses do povo. Deveríamos nos comprometer com valores de *accountability* pública, governança transparente, diversidade cultural e justiça social. Assim, arquivistas poderiam realmente dizer que estão assegurando arquivos para todos e empregar nossas experiências profissionais para promover uma sociedade melhor.

.php?story=2004051402014153>. Acesso em: 18 jan. 2007.